

**Movimentos sociais e novas formas de atuação política:
Maio baiano e a obra audiovisual do Movimento Passe Livre**

*Social movements and new forms of political action:
Maio baiano and the audiovisual work of Movimento Passe Livre*

Matheus da Silva LIMA¹

Resumo

Neste artigo, buscaremos explicitar os traços constitutivos do autonomismo, tomando o caso específico do Movimento Passe Livre (MPL) como exemplo, para identificar suas formas de organização movimentalista e os possíveis novos códigos de linguagem que despontam nessa mudança. Nossa intenção aqui é matizar a importância do autonomismo como forma renovada de manifestação política no cenário brasileiro e exemplo para a compreensão de parte dos elementos que despontaram a partir dos anos 2000. O texto encontra-se dividido em duas partes: em primeiro momento, buscamos elaborar as principais características do que constitui os coletivos autonomistas, sua base social e aspectos ideológicos e teóricos; em seguida, abordaremos o exemplo do MPL e de algumas de suas estratégias, tanto de organização quanto de produção audiovisual, buscando esboçar características de recorte estético e político que podem ser vistas em algumas de suas produções.

Palavras-chave: Documentário. Política. Autonomismo.

Abstract

In this article, we seek to explain the constitutive features of autonomism, taking the specific case of Movimento Passe Livre (MPL) as an example, to identify its forms of movementist organization and the possible new language codes that emerge in this change. Our intention here is to clarify the importance of autonomism as a renewed form of political manifestation in the Brazilian scenario and an example for understanding part of the elements that emerged from the 2000s onwards. The text is twofold: first, we elaborate the main characteristics of what constitutes autonomist collectives, their social base and ideological and theoretical aspects; next, we will address the example of the MPL and some of its strategies, both organizational and in audiovisual productions, seeking to outline aesthetic and political characteristics that can be seen in some of its productions.

Keywords: Documentary. Politics. Autonomism.

¹ Mestrando em Comunicação Social pela Universidade de Brasília. Email: mail.matheuslima@gmail.com

Introdução

Na primeira década do século XXI no Brasil, as autoridades governamentais optaram por uma participação civil cada vez mais institucionalizada, através de conselhos, câmaras e grandes encontros temáticos. Diversos dos representantes da sociedade civil que vieram a ocupar cargos nessas estruturas institucionalizadas são originários dos movimentos populares (Gohn, 2018, p. 121).

A noção de cidadania desenvolvida por esses movimentos, na maneira como a ideia gradualmente se estabeleceu no decorrer da década de 1990, faz com estes a vejam como uma dinâmica política atrelada diretamente ao Estado, à medida em que este seria o responsável pela construção dessas práticas institucionais dentro do próprio Estado ou junto à esfera “pública não estatal”, como no caso das ONGs.

Entretanto a máquina burocrática estatal e muitos gestores públicos, e mesmo os representantes institucionais civis, não acompanharam as mudanças operadas no campo social, especialmente as novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas redes e mídias sociais. Não se sintonizaram com os jovens ou não perceberam que eles, em sua grande maioria, saíram às ruas em manifestações, como em 2013, mas não têm o estado ou o poder público estatal como meta de participação, porque seus referenciais sobre a cidadania são outros, especialmente os autonomistas, em que a cidadania é civil, cidadã, não institucionalizada. Ela é construída a partir da experiência e não da participação em modelos organizados, pautados pelos órgãos públicos. A cultura política que eles têm e reconstróem cotidianamente advém de práticas experimentais e não de códigos ou programas oficiais. (ibid, 2018, p. 121)

A institucionalização da participação social e a burocratização dos próprios movimentos sociais da esquerda organizada, somada às crises políticas do sistema representativo nacional (ibid), contribuíram para um crescente apartamento entre os espaços da vida política pública e do cotidiano. Isso fez com que, nesse intervalo entre a “nova cidadania” e sua efetiva implementação – em grande parte truncada e minada de obter melhores resultados pela expansão da burocratização estatal –, as formas de manifestação e atuação política do Movimento Popular (Doimo, 1995) estivessem cada vez menos presentes como forma política no cenário brasileiro. É nesse contexto, através de “uma correlação circunstancial entre uma indignação social difusa e a atuação política direta e independente” (Falchetti, 2022, p. 15), baseada no apartamento entre espaço

político e cotidiano, que emergem os eventos de junho de 2013, notadamente através da atuação de coletivos políticos que se autodenominavam “autonomistas”.

Como forma de organização política, o autonomismo tem raízes em teorias libertárias de fins do século XIX (Gohn, 2018; Falchetti, 2022), mas passou a ganhar mais visibilidade, principalmente entre frações mais jovens da população, a partir dos protestos “altermundistas” (ou antiglobalização) iniciados em fins da década de 1990 (Vieira, 2012). Seu perfil ideológico, pautado pelo apartidarismo, horizontalidade e “organização espontânea”, ajudou a forma autonomista a obter visibilidade na conjuntura dos eventos de 2013, uma vez que suas propostas de contestação ao sistema político institucional atraiu participantes e deu vazão, no movimento explosivo que caracterizou os protestos de junho, para os mais diversos anseios e frustrações da população. Apesar de ter início com a questão do transporte público, as manifestações rapidamente ampliaram seu repertório de reivindicações, expandindo o debate também para o questionamento de questões como as políticas públicas, o modelo de gestão e a atuação dos políticos vigentes na época.

A organização autonomista de papel deflagrador no processo de junho de 2013 foi o Movimento Passe Livre (MPL), organização autonomista direcionada para a questão do transporte público e do preço das passagens no Brasil, fundada em protestos ocorridos entre 2003 e 2005. No âmbito audiovisual, o MPL se apoiou em uma série de produções próprias, frequentemente em parceria com o realizador Carlos Pronzato (Oliveira, 2019) como recurso para suas mobilizações e para a consolidação de sua trajetória.

Jovens, coletivos e autonomia

Segundo Gohn (2018, p. 119) o conceito de juventude aparece na literatura sociológica articulada sob dois eixos distintos de questões: o primeiro é matizado a partir do pertencimento em uma dada faixa etária (sem que, embora, haja consenso), com ênfase em aspectos geracionais, com um “certo modelo ideal de comportamento do ‘ser jovem’”; a segunda se refere mais a aspectos socioeconômicos e culturais, determinados pela situação de classe social. Ainda segundo a autora, são raros os estudos do segundo grupo, que focam em práticas e comportamentos de jovens em sua relação à sociedade em contexto mais amplo, como determinam e são determinados pela dinâmica societal, na maneira com que buscam reinventar a cultura política existente, em relações que criam

com perspectiva de mudança social, vinculando-se à debates mais amplos da sociedade como direitos sociais, políticos e culturais.

Em relação aos protestos e manifestações de décadas passadas, o uso da internet constitui-se como um dos principais elementos de diferenciação, mudando ao mesmo tempo a forma de comunicação da sociedade civil e das interações individuais. Por um lado, o avanço das tecnologias de comunicação afasta o acesso à informação do monopólio das grandes instituições e grupos de poder midiático. Por outro lado, uma vez que a informação disposta também não é decodificada apenas em um nível individual isolado, cria-se uma pluralidade de atores e agentes que disputam a interpretação e o significado dos dados dispostos. Assim, ganham destaque os coletivos e movimentos sociais, com grande poder de mobilização da opinião pública, a medida em que não apenas fazem a leitura das informações, mas as codificam em torno dos temas em que se articulam, trazendo para fenômenos empíricos disposições políticas que também devem ser matizadas.

Os coletivos ou redes movimentalistas do período também se diferenciam dos movimentos sociais clássicos, de luta pela terra, moradia, sindicatos, etc. por outras frentes. Estes, possuem valores e estruturas de organização mais centralizadas, normalmente mediadas por líderes ou lideranças. Embora também façam uso da internet, sua função tem mais um caráter de ferramenta para o processo que de um vetor básico de interação; suas relações são mais homogêneas e fechadas, dirigidas entre pares. Sua identidade se dá de maneira mais homogênea, sem grandes variações, desenvolvendo práticas de solidariedade interna, mas se portam de forma centralizada no que tange seus repertórios e em sua relação com agentes externos.

Os coletivos, por sua vez,

são agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Coletivos autodenominam-se como ativistas e não militantes de organizações. Vivem experiências e experimentações que podem ser tópicos ou mais permanentes, fragmentadas, ou mais articuladas (Gohn, 2018, p. 120)

Em suas formas de organização, buscam renovar e contestar práticas e valores estabelecidos, com uso recorrente do aspecto cultural como elemento mediador. Podem desenvolver práticas contestatórias ou não, a depender de seu perfil e das relações internas que estabelecem. Um coletivo pode se transformar em movimento social, autodenominar-

se movimento social, articular-se junto de outros coletivos, ou ainda negar a forma movimentalista, por considerá-la restrita ao padrão tradicional de se fazer política.

O autonomismo, nesse caso, seria relacionado diretamente à uma noção de ação coletiva reinventada, marcada por uma forma de organização mais fluida (Falchetti, 2022), algo que, frente à descrença da população em geral com os mecanismos institucionais da política no período, contribui para compreensão de sua relevância nos protestos de 2013. Assim, dão destaque menos à estrutura organizacional fixa e mais na ideia de uma “experiência”, pautada na construção coletiva entre atores e práticas, onde essa mesma experiência compartilhada, ou seja, com um viés de convívio e de trocas culturais, seria a força motriz para o desenvolvimento das ações coletivas.

Esse conjunto de fatores, apresentados acima, forma os traços básicos constitutivos dos movimentos autonomistas: princípio de horizontalidade e anti-institucionalidade; referenciais difusos que transitam entre diferentes correntes teóricas; forma de organização “espontânea”, sem base social sólida e com manifestações convocadas comumente de maneira *ad hoc*; base social composta majoritariamente por grupos de jovens e frações da classe média e; valorização do “processo” e de traços culturais como estratégia de mobilização. Em função da ordem expositiva do trabalho, essas nuances serão aprofundadas mais a seguir, estabelecendo a mediação entre os traços expostos e sua apropriação empírica através do caso do MPL.

MPL: Ativismo urbano e formas de expressão

O MPL se originou a partir da luta estudantil pelo “passe escolar” em 2005 (Oliveira, 2019; Falchetti, 2022), se formando a partir das reuniões do Fórum Social Mundial e constituindo-se em cerca de vinte cidades brasileiras. Em sua forma de organização, se autodenomina desde o princípio como um movimento autonomista, articulado juntamente a outros valores como: a independência em relação à qualquer doutrina teórica, o apartidarismo (mas não em viés apolítico), a horizontalidade e o federalismo. Essa forma específica de organização posiciona-se, então, em contrapartida com formas mais tradicionais de organização política, como partidos, sindicatos e os próprios movimentos sociais advindos do período anteriormente tratado, em que viam uma estrutura centralizada e hierarquizada.

A principal forma de mobilização do MPL são as jornadas, ocorridas anualmente, contra o aumento nas tarifas do transporte público. No MPL/SP, são organizadas desde 2005 e, com o gradativo aumento na adesão aos protestos, foram responsáveis por ajudar a impulsionar a maior onda de mobilizações no país. A pauta do transporte público, mobilizada pelo MPL, tem historicamente potencial explosivo em termos de protestos populares no Brasil (Falchetti, 2022, p. 9).

A trajetória do MPL é marcada por sua recorrente parceria, no âmbito audiovisual, com o realizador Carlos Pronzato (Oliveira, 2019). Natural da Argentina, o realizador chegou a fazer uma série de viagens como andarilho pela América Latina, das quais relata serem determinantes para a atenção sociopolítica de suas produções. Na sua segunda passagem pelo Brasil, em 1989, decide estabelecer moradia no estado da Bahia.

Em obras ficcionais, realiza no decorrer de sua carreira uma série de filmes dedicados, direta ou indiretamente, aos acontecimentos da Revolta de Canudos: *Canudos, numa longa curva* (2001), *A Bahia de Euclides da Cunha* (2010), *José Calasans, tradutor do sertão* (2011), e *Fragmentos de Canudos – No centenário de José Calasans* (2016). Em registro documental, realiza e colabora com uma série de obras, diversas dessas articuladas em parceria com o MPL, ainda que antes de sua fundação oficial em 2005. Dessas, cabe destacar: *Maião baiano* (2001), sobre manifestações nas ruas de Salvador acerca de um esquema de manipulação dos painéis de votação do Senado Federal, por parte de Antônio Carlos Magalhães, político conservador baiano cuja família tem extensa história no Nordeste, ocupando o cargo de Senador federal; *A revolta do buzu* (2003) sobre protestos realizados contra o aumento da tarifa das passagens em Salvador/BA; *O distúrbio está só começando* (2005), sobre a mesma temática, desta vez em Brasília/DF e; *Por uma vida sem catracas* (2014), que propõe uma síntese das jornadas de Junho de 2013 sob a perspectiva do MPL.

Acompanhando brevemente uma dessas obras, produzida em momentos constitutivos do MPL (*Maião baiano*, 2001) acreditamos ser possível traçar um quadro do movimento no país, vinculando-o aos aspectos constitutivos dos movimentos autonomistas e de sua apropriação pelo MPL em sua trajetória de consolidação desses referenciais. Assim, *Maião baiano* pode ser visto como uma aproximação do realizador às disputas políticas daquela conjuntura, registrando a correlação de forças entre diferentes agentes políticos, desde os mais institucionalizados até os agrupamentos de jovens que se reuniam de maneira *ad hoc* para protestar sobre o tema das passagens.

Maio baiano se inicia juntamente dos estudantes, em uma situação de tensão entre manifestantes e a força policial do estado durante um protesto na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Apesar disso, como aponta Oliveira (2019, p. 89), a opção por dar destaque aos jovens aos poucos perde ênfase no filme, que se valendo de registros coletados nas ruas durante outras manifestações, passa a captar também a forte presença de agrupamentos políticos tradicionais como os partidos políticos (o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil, à época opositores do governo estadual) e de entidades sindicais e movimentos estudantis organizados (a Central Única dos Trabalhadores, Sindicato dos bancários, União Nacional dos Estudantes)².

A preponderância das organizações tradicionais pode ser vista no desenrolar das próprias manifestações, na forma de carros de som, palanques, bandeiras, etc. Da mesma forma, a obra também conta com depoimentos não apenas dos estudantes, mas dos diversos entes em ação mencionados acima, colhendo entrevistas com políticos com ligação partidária, lideranças sindicais e representantes dos movimentos estudantis organizados. Aqui, a participação dos jovens de viés autonomista é tematizada, abrindo o filme e ganhando algum destaque em certas falas e momentos (uma cena dá destaque aos protestos de jovens contra uma filial regional da Rede Globo, outra apresenta-os como os responsáveis por “conduzir” a força policial para fora do campus da UFBA após ordem judicial autorizando sua retirada) mas não assume centralidade na obra, apresentando uma certa paridade entre as diversas organizações envolvidas e seus pontos de vista

Em 14 de agosto de 2003 tem início uma campanha contra o aumento da tarifa (que subiu de R\$1,30 para R\$1,50) que segue até meados de setembro do mesmo ano. *A revolta do buzu* (2003) se concentra num recorte específico deste período, evidenciado por sua cartela inicial, entre fins de agosto e início do mês de setembro. A obra registra passeatas e atos em locais conhecidos na cidade, como espaços culturais e em frente à órgãos públicos, bloqueios em vias de trânsito, depoimentos tanto de participantes diretos dos atos quanto de transeuntes e outras pessoas não envolvidas, captando sua opinião.

Tematicamente, a obra opta por fazer um recorte específico da situação: o crescente embate entre entidades estudantis que, durante os protestos, defendiam posições junto a agentes já institucionalizados da esquerda (a União Nacional dos Estudantes e a

² Moisés Rocha, que aparece como liderança da CUT no vídeo, ressalta o protagonismo dos jovens não organizados em sindicatos ou partidos e destaca a “êxtase de ver essa juventude se rebelar”.

Associação Baiana Estudantil Secundarista) e outros agrupamentos de jovens que defendiam a perspectiva autonomista. Situado em um momento em que a campanha já havia ganhado tração e atraído o interesse dessas entidades organizadas, as mesmas argumentavam por um formato de organização mais incisivo, que desse conta de estabelecer uma hierarquia de representantes e uma pauta comum a ser defendida frente aos poderes políticos locais para a obtenção de resultados.

Dessa forma, a estrutura da obra se divide em duas metades, marcadas por um elemento central: na primeira parte, apresenta-se o contexto geral da campanha, com registro dos atos e manifestações e coleta de depoimentos diversos, entre jovens autonomistas, outros associados às entidades institucionais, capturando também momentos de contato frente ao poder público, como em conversas com policiais. Ao centro da obra, tem-se uma reunião ocorrida entre a prefeitura e representantes dessas entidades organizadas, onde deliberam um acordo para o final da campanha. A segunda metade, cronologicamente situada logo após a reunião na prefeitura, trata de apresentar o ponto de vista dos jovens autonomistas e outros agentes não organizados em movimentos, que optam por ignorar o acordo firmado na prefeitura, considerando que este não os representa, e optando por avançar com a campanha. Nessa segunda metade, a ênfase recai diretamente sob a perspectiva desses jovens.

A reunião da prefeitura e a maneira com que recorta a obra em duas sessões parece explicitar seu ensejo temático: a contraposição entre as formas tradicionais de organização movimentalista e a nova forma, mais “espontânea”, cujo processo dos atos fez se manifestar. Assim, ideologicamente, serve também como *peça pedagógica* para os trabalhos do MPL, ao contrapor quase que simetricamente perspectivas das entidades organizadas com posicionamentos e sínteses autonomistas, tratando de posicionar estes últimos como os principais agentes da campanha e seu posicionamento como o mais adequado. Visto dessa forma, é possível também a compreensão da importância do documentário para formação do próprio MPL, através de sua remittente exibição em diferentes contextos da organização e da valorização que diversos manifestantes atribuíram à obra, como apresenta Oliveira (2019, pp.104-ss).

Ao nível do ativismo, as linhas entre as correntes teóricas distintas presentes no MPL são menos evidentes. O movimento sempre foi composto por, ao mesmo tempo, um pequeno grupo de militantes e um amplo espectro social. Assim, congrega punks, feministas, estudantes, professores, trabalhadores dentro e fora do mercado de trabalho,

pautando seus vínculos mais nos princípios organizativos que em identidades sociais específicas. Desta forma, diversos movimentos identificados com correntes marxistas ou anarquistas se autodenominaram autonomistas, bem como é comum um mesmo movimento misturar fontes, referências e comportar militantes de orientações distintas, como é o caso do MPL.

Apesar de se posicionar como um movimento popular, o MPL nunca foi uma organização massificada e não se porta desse modo, uma vez que a noção de “base social”, cara às tradições clássicas e determinada pela presença de uma estrutura dirigente, se choca com o princípio de horizontalismo do movimento. Assim, “auto-organização” e “ação direta” eram os eixos de orientação para os “trabalhos de base” do grupo, pautando-se marcadamente por uma recusa à negociação nas esferas tradicionais de representação política e da disputa pelo poder institucional, conteúdo que *A revolta...* expõe de maneira clara em sua estrutura.

A formação do MPL passa diretamente pela crítica às formas burocratizadas de organização da esquerda tradicional, focalizando sua atuação em demandas pontuais e específicas, em formato *ad hoc*, como no caso da “Revolta do buzu” e das “Revoltas da catraca”, em Florianópolis/SC, em 2004 e 2005. Nesse formato, o MPL não conta com programa político predefinido, partindo de uma demanda específica, no que seria mais sensível e imediato para a população em seu cotidiano.

Sua atuação se pauta a partir de influência política e de valores culturais, por meio de propagandas e intervenções urbanas. Uma de suas estratégias seria a recusa dos códigos de linguagem das esquerdas tradicionais, vistos como estereotipados, optando por elementos que julgam ser mais próximos do cotidiano dos grupos que buscam atingir; a linguagem visual costuma dialogar com a arte de rua, atraindo o público jovem; nos protestos, o formato de carros de som, bandeiras e lideranças em comício dá lugar à longos percursos por espaços urbanos acompanhados de bateria e jograis, comumente marcados por traços de transgressão e rebeldia.

Na primeira metade da obra, as entidades organizadas são caracterizadas como de certa forma complacentes aos órgãos institucionais. Uma fala de um rapaz, visivelmente mais velho que seus interlocutores, defende a implementação de um conselho de transportes; um diretor da União da Juventude Socialista (UJS) faz balanço da situação visando “vitórias do movimento estudantil”; uma liderança da União Nacional dos Estudantes fala de uma comissão formada para negociar com o poder municipal. Em uma

certa sequência, um dos policiais presentes nas manifestações tenta solicitar aos manifestantes a definição de representantes que possam seguir o diálogo junto aos poderes institucionais: jovens de entidades organizadas entram no registro em diálogo com as forças policiais, tentando propor uma certa disposição para “o movimento não ficar disperso”.

A posição das entidades organizadas aparece como relativamente dispersa: a escolha do depoimento de um jovem mais velho envolto em jovens, provavelmente secundaristas, evoca o caráter de liderança que fala para “massas”; a postura das lideranças da UJS e UNE aludem à postura de tentar “tomar o crédito” para si pelos atos, que seriam de caráter espontâneo; a sequência com os policiais dá uma postura complacente às entidades organizadas, sendo que o próprio filme trata de apresentar a violência policial durante as manifestações. Enquanto isso, a postura autonomista, que divide espaço com essas outras no início do filme e ganha centralidade em sua segunda metade, é apresentada de maneira muito mais concisa, onde jovens cujos depoimentos foram selecionados para compor o filme conseguem estabelecer mensagens sintéticas e que apresentam de forma clara o ponto de vista autonomista, em contraposição à forma “dispersa” e “errática” com que as entidades organizadas são apresentadas. Em um depoimento de um desses jovens sobre a campanha, vê-se claramente as perspectivas teóricas do autonomismo sendo implicadas como forma de compreensão dos acontecimentos:

A manifestação foi muito espontânea, saca? Não teve uma estrutura, uma organização que chamasse os estudantes pras ruas. Os estudantes foram ocupando as ruas aos poucos. As escolas (...) os estudantes chegavam nas escolas e iam pras ruas e a coisa foi surgindo. Isso tá dificultando muito o trabalho da polícia pra conter a manifestação, porque, enquanto eles querem barrar a manifestação em um ponto, já tem outra manifestação em um outro e em outro e em outro. Vários pontos estratégicos da cidade a galera tá parando o trânsito, isso tá dificultando demais a ação da polícia e do governo, com as negociações.

Em seguida à reunião na prefeitura, uma sequência apresenta uma assembleia realizada no Sindicato dos Bancários, dias depois, onde se contrapõem a posição das entidades organizadas e dos jovens não vinculados, estes contrários ao fim dos protestos. A obra registra a postura de um dos estudantes do movimento estudantil, que busca constringer jovens não vinculados quando estes subiam ao palanque através do controle

do tempo de fala. Do lado de fora, um depoimento sintetiza (para o filme) o que estaria ocorrendo:

O movimento iniciou, foi um movimento amplo, *descentralizado, sem nenhuma coordenação aparente*, mas bastante forte e consistente (...) parando as ruas e demonstrando a vontade dos estudantes de Salvador. Grupos de estudantes, sem autorização do movimento estudantil, sem nenhuma legitimidade, começaram a negociar com o governo. (...) Foi convocada uma assembleia (...) aqui no Sindicato dos Bancários, *um sindicato controlado pelo PCdoB*, juntamente com pessoal da UJS, que também é do PCdoB impediram que estudantes realmente se expressassem. (...) Isso é um absurdo, uma total falta de democracia, *o centralismo, tipicamente estalinista*, eu sou contrário a isso, acho que o movimento tem que mostrar nas ruas o que pensa e tem que garantir suas assembleias *longe de aparelhos de partidos políticos*.

Ao final da campanha, os manifestantes não conseguiram obter sua reivindicação inicial para a manutenção da tarifa. Apesar disso, o documentário em si tornou-se elemento decisivo para a formação do que viria a ser o Movimento Passe Livre. Oliveira (2019, p. 109), através de depoimentos internos e documentos oficiais, apresenta essa tese, indicando diversos momentos na trajetória do movimento onde a obra teve importância: foi exibido em diversas escolas e agremiações secundaristas, bem como em grupos autonomistas; através de exibições seguidas de debates, foi também elemento importante para a deflagração de outros encontros e campanhas da tarifa, como em Florianópolis/SC (a “Revolta da catraca” ou “Guerra da tarifa”) em 2004, e no Encontro de Grupos Autônomos do Distrito Federal, em Brasília/DF no mesmo ano, chegando até a fundação oficial do Movimento, no início de 2005.

Para além disso, o filme e outras produções (de Pronzato e do movimento em processo de fundação) foram apropriadas em sentido pedagógico, com seu conteúdo mencionado e fazendo parte de dossiês e documentos internos, compondo espaços de discussão e aprendizado político nos âmbito de atuação do movimento, especialmente no ambiente secundarista e universitário, sendo também adequado e melhor elaborado durante esses espaços, seguindo a lógica processual do autonomismo:

O audiovisual é apropriado, portanto, dentro de uma perspectiva pedagógica, inserido entre outras práticas empenhadas em apresentar didaticamente informações sobre a questão do transporte e despertar a sensibilidade dos estudantes para a necessidade de enfrentamento desses problemas. Mais precisamente, parece oferecer o ponto de partida para aproximar a discussão sobre transporte público da vivência cotidiana dos estudantes das escolas, aproximando sua experiência de

cidade da experiência dos militantes, e assim possibilitando pontes, trocas e aprendizados entre eles. Em um movimento social cujas bases estão fincadas em ideias de autonomia, independência e horizontalidade, essa partilha revela-se fundamental, pois abre uma via de aprendizado de mão dupla, constituinte do próprio processo de luta do movimento (Oliveira, 2019, p. 126).

Considerações finais

Em seu caráter autonomista, o movimento conseguiu mobilizar amplos setores sociais em torno do descontentamento frente às formas políticas institucionalizadas no Brasil através da crítica ao sistema político e seus atores (tanto do Estado quanto das organizações mais tradicionais). No cenário nacional conseguiu se colocar como novidade, apartado do campo político da esquerda, conseguindo aglutinar diversos grupos, porém, conforme suas orientações políticas foram se tornando mais claras, os protestos foram se fragmentando. Após 2013, o MPL perdeu protagonismo, passando por divisões internas e dissidências (Gohn, 2018, p. 124), alterando sua estratégia de ação e voltando sua atuação para a periferia e não apenas para zonas centrais das cidades; apoiou manifestações contra a Copa em 2014, realizou atos pontuais em janeiro de 2015, 2016 e 2017, seguindo atuante.

Como legado deixado a partir de 2013, o MPL abriu espaço para a difusão de suas formas organizacionais: os coletivos horizontais, a ação direta, a falta de associação formal e a ausência de uma hierarquia bem definida; para além disso, fica marcada sua primazia pelos valores culturais como eixo de organização e suas reivindicações de uma postura organizacional apartidária (mas não necessariamente antipartidária ou apolítica). Os acontecimentos no calor do momento geraram novas frentes de ação coletiva (Gohn, 2018) e novos processos de subjetivação e de construção de sujeitos coletivos, com propostas diversas de concepção sobre a política, a sociedade e o papel do Estado.

Referências

- A BAHIA de Euclides da Cunha** Direção: Carlos Pronzato, Brasil, 2010. (55 min.).
- A REVOLTA do Buzú.** Direção: Carlos Pronzato. Salvador, 2003. (70 min.).
- CANUDOS, numa longa curva.** Direção: Carlos Pronzato, Brasil, 2001. (13 min.).

FALCHETTI, C. Tendências recentes da ação coletiva no Brasil: Emergência e significado do autonomismo no contexto sociopolítico. **e-I@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, v. 20, n. 78, 2022, pp. 01-24.

FRAGMENTOS de Canudos – No centenário de José Calasans. Direção: Carlos Pronzato, Brasil, 2016.

GOHN, M. G. M. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, vol. 31, núm. 82, Janeiro-Abril 2018, pp. 117-133.

JOSÉ Calasans, tradutor do sertão. Direção: Carlos Pronzato, Brasil, 2011. (60 min.).

LOS TRAIADORES Direção: Raymundo Gleyzer, Argentina, 1973. (113 min.)

MAIO Baiano. Direção de Carlos Pronzato, Brasil, 2001. (20 min.).

NOBRE, M. **Choque de democracia: razões da revolta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O DISTÚRBIO está só começando. Direção de Carlos Pronzato e CMI-DF. Brasília, 2005. (20 min.).

OFFE, C. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. **Social Research**, v. 52, n. 4, 1985 pp 817-868.

OLIVEIRA, V. A. **Intervir na história: modos de participação das imagens documentais em lutas urbanas no Brasil.** Tese – UFMG, Belo Horizonte, 2019.

PLEYERS, G. Internacionalização sem institucionalização? A experiência do Fórum Social Mundial. In: GOHN, M. G; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012 pp 167-188.

POR uma vida sem catracas - Movimento Passe Livre São Paulo. Direção: Carlos Pronzato. Brasil, 2014. (40 min.).

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TELLES, V. S. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, L. (org). **São Paulo Passado e presente: as lutas sociais e a cidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; pp. 217-252.

TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: Ed. 34, 2001.

VIEIRA, F. B. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. In: GOHN, M. G; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012 pp 189-210.